

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS
FINANCEIROS**

Juliane Inge Jung Brueckheimer

**GESTÃO DE RISCOS NA ERA PÓS-SUBPRIME -
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ÍNDICES DE BASILÉIA NAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS**

Porto Alegre

2012

Juliane Inge Jung Brueckheimer

**GESTÃO DE RISCOS NA ERA PÓS-SUBPRIME -
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ÍNDICES DE BASILÉIA NAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Prof. Roberto Lamb

Porto Alegre

2012

Juliane Inge Jung Brueckheimer

**GESTÃO DE RISCOS NA ERA PÓS-SUBPRIME -
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ÍNDICES DE BASILÉIA NAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Aprovado em de Abril de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof:

AGRADECIMENTO

À Deus, pelo dom da vida e pela sabedoria e vontade de aprender que me destes;

À minha família, em especial ao meu marido Cláudio e meus filhos Mateus e Júlia, por todo o apoio, carinho e compreensão;

Ao Banco do Brasil S.A., pela oportunidade de aprimoramento profissional;

Ao orientador, Prof. Roberto Lamb, e ao tutor Guilherme Ribeiro, pela orientação dada e pela dedicação.

À todos os demais professores, tutores e também aos colegas de curso, pela convivência e troca de experiências que pudemos compartilhar;

RESUMO

Os sistemas financeiros consistem atualmente um dos setores mais fortemente regulados do planeta e seu desempenho tem sido vastamente discutido nos debates econômicos, tendo em vista a importante via de contágio que estes representam para toda a economia, como pôde-se ver na recente crise financeira internacional. Investimentos em ativos financeiros são incertos porque não se sabe com exatidão os retornos e fluxos de caixa futuros. Risco corresponde à medição dessa incerteza, e pode ser segmentado em diversas categorias, como risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez e risco legal. A importância da Gestão de Risco Financeiro é crescente em instituições financeiras por conta de aspectos regulatórios, como o novo Acordo de Basiléia, do aumento do volume das transações financeiras bem como a sua complexidade, do surgimento de novos instrumentos derivativos e de novas formas de mitigar riscos. Assim, este trabalho busca proporcionar uma revisão do quadro teórico existente em referência às teorias econômicas da regulação, do papel que os sistemas financeiros representam na economia, assim como pretende analisar e discorrer sobre a evolução das regras que regem este importante setor. O Objetivo desse estudo é analisar a variação dos Índices de Basiléia das instituições financeiras brasileiras antes e após a recente crise financeira internacional, a Crise do Subprime. Para responder a esta questão foram analisados e comparados os balanços patrimoniais de cada um dos oito maiores bancos nacionais, selecionados de acordo com seus ativos totais e o que estes divulgavam como seus índices antes e após a crise do subprime.

Palavras-chaves: Risco de Crédito, Sistemas Financeiros, Crise Financeira, Subprime

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Índices de Basiléia em 2008.....	34
Figura 2. Índices Basiléia médio dos bancos no período analisado (2006-2010.....	35
Figura 3. Mesmos dados visualizando em gráfico de linhas e comparando com O índice de Basiléia e o índice Basiléia Brasil.....	36
Figura 4. Comparativo entre as médias Basiléia dos sete bancos.....	36
Figura 5. Ativos Totais dos bancos (2006-2010).....	38
Figura 6. Gráfico BANCO DO BRASIL.....	39
Figura 7. Gráfico ITAÚ.....	39
Figura 1. Gráfico BRADESCO.....	39
Figura 1. Gráfico SANTANDER.....	40
Figura 1. Gráfico CEF.....	40
Figura 1. Gráfico HSBC.....	40
Figura 1. Gráfico BANRISUL.....	41

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1. Índice de Basileia II dos sete maiores bancos brasileiros de 2006 a 2010.....	38
Tabela 2. Comparativo entre pontos máximos e mínimos.....	40
Tabela 3. Ativos Totais dos Bancos (2006-2010).....	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. O SUBPRIME E A GESTÃO DE RISCOS.....	21
2.1. Risco X Incerteza.....	21
2.2. A Natureza Instável do Mercado Financeiro.....	22
2.3. Crédito e Risco de Crédito.....	26
3. O ACORDO DE BASILEIA.....	28
3.1. Primeiro Pilar – Exigência de Capital Mínimo	29
3.2. Segundo Pilar – Processo de Revisão e Supervisão	29
3.3. Terceiro Pilar – Disciplina de Mercado.....	30
3.4. O Conceito do Patrimônio de Referência Exigido - PRE	31
3.5. A Apuração do PRE – Patrimônio de Referência Exigido.....	33
4. A CRISE DO SUBPRIME.....	34
5. OS IMPACTOS DO SUBPRIME E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA GESTÃO DE RISCOS DAS INSTITUIÇÕES.....	35
6. MÉTODO E PROCEDIMENTO DA PESQUISA.....	36
7. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	37
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49

1. INTRODUÇÃO

Não resta dúvida de que o sistema financeiro é um dos mais regulados setores do planeta e as ferramentas de regulação do capital dos bancos são o aspecto mais essencial dessa regulamentação. Isso mostra o grandioso papel que cabe aos bancos na intermediação financeira e a importância da solidez nas finanças dos mesmos para o sucesso do desempenho de toda a economia.

Estes mercados de fato sempre tiveram um desempenho de fator essencial nas economias, funcionando como um intermediário financeiro na realocação dos recursos dos poupadores aos tomadores, facilitando assim a transferência de recursos entre diversas regiões geográficas assim como também entre as indústrias, facilitando também um eficiente ciclo de vida do consumo das famílias, permitindo a alocação de forma eficaz de capital de forma física para a sua utilização no âmbito produtivo. Por isso dedica-se uma especial atenção à regulação da atividade bancária, buscando inibir os comportamentos muito arriscados que possam acarretar a redução do bem estar social, conseguindo assim uma melhor governança dessas instituições, garantir a liquidez do sistema financeiro e mitigar seus riscos, proporcionando assim um ambiente competitivo e sadio.

Com o advento da globalização econômica e o avassalador desenvolvimento do setor financeiro a partir do início da década de 70, diversas instituições começaram a atuar em outros países, e em decorrência disso, acentuou-se enormemente a competição entre elas pois precisavam aprimorar seus serviços e ampliar a concessão de crédito para manter a sua rentabilidade, o que fez com que assumissem maiores níveis de risco. Dado a essa conjunção de fatores, surgiram então diversas crises, cada uma originada em uma determinada localidade, mas muito rapidamente espalhada pelos diversos mercados financeiros mundiais, dentre estas podemos destacar a crise do México, da Ásia, da Rússia em 2008 e do “subprime” que foi o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos.

Todas estas crises originaram uma convergência mundial pela necessidade de adoção de uma regulação bancária que perpassasse as fronteiras nacionais e

alcançasse todo o planeta. Desta forma iniciaram-se tratativas para a busca de uma elaboração de uma regulação internacional que, ao passo que restringia o risco assumido pelos bancos, estabelecia um conjunto regulatório comum a todos e que garantisse condições de competição igualitária no setor financeiro ao redor do mundo. Assim, foi realizada a convergência internacional de caráter de regulação do capital das instituições financeiras, começando o projeto em 1988, com o Acordo de Basileia, também chamado de Basileia 1, com o intuito de trazer à tona maior segurança financeira no cenário nacional e internacional.

Desde seu início, o Acordo de Basileia vem tendo reconhecimento pela importante contribuição na criação de um mecanismo global para a estimação de exigências de capital baseada em riscos. O Acordo também contribuiu para a convergência mundial no que tange aos padrões de capital e melhora da supervisão em diversos países, mas com o passar dos anos várias distorções têm sido apontadas. Com o aumento da evidencia dessas distorções e a conseqüente redução na sua eficácia, era latente a necessidade de redesenhá-lo. Assim, em 2006 surgiu o Novo Acordo de Basileia, também chamado de Basileia II, com a missão principal de revisar as normas vigentes do Acordo de 1988, a fim de garantir uma melhor adequação do capital regulatório dos bancos aos riscos, buscando uma melhor mensuração e gestão dos mesmos.

Mesmo com todas as discussões em torno dos acordos, não existe um consenso ainda acerca da forma mais adequada de conceber a regulação do capital das instituições financeiras. Isso se traduz um pouco pelas diferentes opiniões quanto aos objetivos da referida regulação bem como os resultados discordantes que os pesquisadores traziam em relação à concepção ideal de normas de capital. Cabe neste trabalho argumentar e tecer uma análise da literatura de economia sobre os aspectos, objetivos e a justificativa para a regulamentação bancária, discorrer sobre a crise do Subprime, seus impactos nas economias mundiais e suas conseqüências na gestão de riscos das grandes instituições financeiras brasileiras. O objetivo maior é analisar o tamanho do impacto da crise sobre as instituições financeiras do Brasil e para isso analisou-se os Índices de Basileia das sete maiores instituições financeiras bancárias, selecionadas de acordo com os seus

ativos totais(dados do final do exercício de 2010. Fonte: BACEN). Para tanto foram analisados os relatórios contábeis de cada um desses bancos nos anos de 2006 , 2007, 2008, 2009 e 2010 englobando o período anterior, o auge e o pós-subprime.

Para atingir os objetivos propostos optou-se por uma pesquisa de natureza exploratória, que é a que busca levantar dados e informações sobre um determinado assunto, delimitando um campo de trabalho e mapeando suas condições de manifestação.

Sobre o pesquisa exploratória Theodorson & Theodorson (1970, pg. 663) considera:

Exploratory study. A preliminary study the major purpose of which is to become familiar with a phenomenon that is to investigate, so that the major study to follow may be designed with greater understanding and precision. The exploratory study permits the investigator to define his research problem and formulate his hypothesis more accurately. It also enables him to choose the most suitable techniques for his research and to decide on the questions most in need of emphasis and detailed investigation, and it may alert him to potential difficulties, sensitivities, and areas of resistance.

Como dito acima sua finalidade é esclarecer e proporcionar uma visão mais ampla do objeto de estudo de forma a modificar idéias e conceitos prévios, abrindo caminho para estudos mais aprofundados. Desta forma, utilizou-se uma abordagem qualitativa cujo intuito é proporcionar uma melhor visão e compreensão do tema proposto.

Por sua vez, optou-se pelo estudo de caso como método de estudo. Um caso pode ser definido como um fenômeno de certa natureza ocorrendo num dado contexto (MILES e HUBERMAN, 1994, p. 25). O caso é uma unidade de análise, que pode ser um indivíduo, o papel desempenhado por um indivíduo ou uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou até mesmo uma nação. Todos esses tipos de caso são unidades sociais. Entretanto casos também podem ser definidos temporariamente (eventos que ocorreram num dado período), ou espacialmente (o estudo de um fenômeno que ocorre num dado local). Portanto, um caso pode ser um fenômeno simples ou complexo, mas para ser considerado caso

ele precisa ser específico (STAKE, In DENZIN e LINCOLN, 2001, p. 436 apud Ana Maria Roux Valentini Coelho Cesar, 2006)

Como instrumento de coleta de dados optou-se pela análise documental, analisando-se os documentos contábeis retirados dos sites da internet de cada um destes sete bancos num intervalo de tempo que engloba o período anterior (2006) e que vai até 2010, após crise do Subprime, bem como se coletou também informações e dados em sites especializados da internet e pesquisas bibliográficas sobre o tema de modo a subsidiar as análises do impacto gerado nas instituições financeiras em relação à sua gestão de riscos.

2. O SUBPRIME E A GESTÃO DE RISCOS

Este capítulo apresenta um referencial teórico com definições indispensáveis para que o leitor possa se situar diante do tema pesquisado. Aborda as principais características relacionadas ao mercado financeiro e sua natureza instável, a origem e as causas da crise financeira mundial de 2008, a crise do subprime americano, e suas conseqüências na economia de todo o planeta, cujos reflexos ainda hoje são sentidos. Intenciona-se dar foco à gestão de riscos pós crise, analisando os reflexos no risco de crédito através dos Índices de Basiléia de sete dos maiores bancos nacionais em períodos antes e depois do estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, como forma de analisar os seus impactos e subsidiar decisões e ações futuras a fim de evitar que incertezas e crises vindouras provoquem os estragos que culminaram com colapsos em diversas economias ao redor do planeta.

2.1 RISCO X INCERTEZA

Em economia, segundo Frank Knight (Risk, Uncertainty and Profit, 1921 apud Giambiagi, Fabio e Garcia, Marcio “Risco e Regulação” pag 149, (Campus/Elsevier , 2010), risco é uma incerteza mensurável – uma falsa incerteza. Assim o risco de que algo ocorra se dá por uma distribuição de probabilidades. Já a incerteza deve ser entendida num sentido radicalmente distinto da familiar noção de risco, da qual nunca foi convenientemente separada (...) incerteza mensurável, ou risco no sentido próprio do termo, é tão diferente de incerteza não mensurável que, de fato, não é , de modo algum, uma incerteza.

Já KEYNES, (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Cap 12) aprofunda a distinção entre risco – uma situação em que a probabilidade de futuros resultados pode ser derivada através da teoria da probabilidade e inferência estatística – e incerteza – uma situação em que uma previsão de resultados futuros, suas probabilidades e impacto econômico se baseiam em estimativas subjetivas.

Numa economia movida a expectativas, quando a incerteza sobre o futuro não pode ser reduzida através de modelos probabilísticos, os agentes econômicos acabam por seguir o que Keynes denominou “animal spirits”:

The state of long-term expectation, upon which our decisions are based, does not solely depend on the most probable forecast we can make. It also depends on the confidence with which we make this forecast (...) If we expect large changes but are very uncertain as to what precise form these changes will take, then our confidence will be weak. 'The state of confidence', as they term it, is a matter to which practical men always pay the closest and most anxious attention. But economists have not analyzed it carefully and have been content, as a rule, to discuss it in general terms. In particular, it has not been made clear that its relevance to economic problems comes through its important influence on [investment]...There is, however, not much to be said about the state of confidence a priori.

Segundo Keynes, o nível de investimentos de uma economia não pode ser entendido meramente como uma função linear da sua taxa de juros. Os empresários decidem investir de acordo com suas expectativas de lucro, as quais são fundamentalmente psicológicas e voláteis, determinadas pelo "clima" da economia. Por isso, Keynes denomina as expectativas de lucros que levam os empresários a investir como "*Animal Spirit*" (estado de confiança) dos mesmos.

2.2. A NATUREZA INSTÁVEL DO MERCADO FINANCEIRO

Conforme Luis Carlos Bresser Pereira, em seu artigo: **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** (março 2010)

As crises financeiras ocorreram no passado e voltarão a ocorrer no futuro, mas uma crise econômica tão profunda como a atual poderia ter sido evitada. Se, depois de sua ocorrência, os governos dos países ricos não tivessem acordado subitamente e adotado políticas keynesianas de redução de taxas de juros, aumento drástico da liquidez e, principalmente, expansão fiscal, esta crise provavelmente teria causado maior dano à economia mundial do que a Grande Depressão. O capitalismo é instável e as crises lhe são intrínsecas, mas, dado que muito se fez para evitar uma repetição da crise de 1929, não bastam a natureza cíclica das crises financeiras ou a ganância dos financistas para explicar uma crise tão severa quanto a atual. Sabemos que a luta por ganhos de capital fáceis e volumosos em transações financeiras e por bonificações correspondentemente grandes para os operadores individuais é mais forte do que a luta por lucros em serviços e produção. Os profissionais de finanças trabalham com um tipo

muito especial de "mercadoria", com um ativo fictício que depende de convenções e confiança - dinheiro e ativos financeiros, ou contratos financeiros -, ao passo que os demais empreendedores lidam com produtos reais, mercadorias reais e serviços reais. O fato de os profissionais chamarem seus ativos de "produtos" e novos tipos de contratos financeiros, de "inovações", não altera sua natureza. O dinheiro pode ser criado e desaparecer com relativa facilidade - o que faz das finanças e da especulação irmãs gêmeas. Na especulação, os agentes financeiros estão permanentemente sujeitos a profecias auto-realizáveis, ou ao fenômeno que os representantes da Escola da Regulação chamam de racionalidade auto-referencial e George Soros batiza de reflexividade: compram ativos prevendo que seu preço irá aumentar, e os preços efetivamente aumentam porque suas compras os pressionam para cima. Então, com a crescente complexidade das operações financeiras, surgem agentes intermediários entre os investidores individuais e os bancos ou bolsas - operadores que não estão sujeitos aos mesmos incentivos que seus agenciados; pelo contrário, são motivados por ganhos no curto prazo que aumentam suas bonificações, ou suas carteiras de obrigações ou ações. Por outro lado, sabemos como as finanças se tornam distorcidas e perigosas quando não estão orientadas para o financiamento de produção e comunicação, mas para o de "operações de tesouraria" - um eufemismo para especulação - por parte de empresas e, principalmente, dos bancos comerciais e demais instituições financeiras. A especulação sem crédito tem alcance limitado; financiada ou alavancada, torna-se arriscada e ilimitada - ou quase, porque quando o endividamento dos investidores financeiros e a alavancagem das instituições financeiras se tornam elevados demais, investidores e bancos subitamente percebem que o risco se tornou insuportável e prevalece o efeito-manada, como se deu em outubro de 2008: a perda de confiança que se insinuava nos meses anteriores transformou-se em pânico e irrompeu a crise.

Sabemos de tudo isso há muitos anos, especialmente desde a Grande Depressão, que foi uma grande fonte de aprendizado social. Na década de 1930, Keynes e Kalecki desenvolveram novas teorias econômicas que melhor explicavam como trabalhar com sistemas econômicos e conferiram à política econômica muito mais eficácia na estabilização dos ciclos econômicos, ao passo que pessoas sensatas alertaram economistas e políticos para os perigos dos mercados livres de controles. No mesmo sentido, John Kenneth Galbraith publicou em 1954 seu livro clássico sobre a Grande Depressão; Charles Kindleberger publicou o seu em 1973. Em 1989 esse último autor publicou a primeira edição de seu trabalho *Manias, panics, and crashes*. Com base nesse aprendizado, os governos construíram instituições, sobretudo os bancos centrais, e desenvolveram sistemas reguladores competentes nos níveis nacional e internacional (Bretton Woods), para controlar o crédito e evitar crises financeiras ou reduzir sua intensidade e seu escopo. Por outro lado, desde o começo da década de 1970 Hyman Minsky desenvolvera a teoria keynesiana fundamental que liga finanças, incerteza e crises. Antes de Minsky, a literatura sobre ciclos econômicos concentrava-se no lado real, ou da produção - na inconsistência entre demanda e oferta. Até mesmo Keynes o fez. Assim, "quando Minsky discute estagnação econômica e identifica a fragilidade financeira como motor da crise, transforma a questão financeira de objeto em sujeito da análise". A crescente instabilidade do sistema financeiro é consequência de um processo de crescente autonomia dos instrumentos de crédito e financeiros em relação ao lado real da economia: da produção e do comércio. No artigo "Financial instability revisited", Minsky demonstrou que não só as crises econômicas, mas também as financeiras são endógenas ao sistema capitalista. Estava bem demonstrado que a crise econômica, ou o ciclo econômico, era endógena; Minsky, no entanto, mostrou que as principais crises econômicas estavam sempre associadas a

crises financeiras igualmente endógenas. Segundo ele, "a diferença essencial entre a economia keynesiana e as economias tanto clássica como neoclássica está na importância dada à incerteza". Dado a presença de incerteza, as unidades econômicas são incapazes de manter o equilíbrio entre seus compromissos de pagamento de caixa e suas fontes normais de caixa, porque essas duas variáveis operam no futuro, e o futuro é incerto. Assim, "o fato intrinsecamente irracional da incerteza é necessário para a compreensão da instabilidade financeira". Com efeito, como as unidades econômicas tendem a ser otimistas no longo prazo e os booms tendem a tornar-se eufóricos, a vulnerabilidade financeira do sistema econômico tenderá necessariamente a aumentar.

Isso ocorrerá quando a tolerância do sistema financeiro a choques tiver sido reduzida por três fenômenos que se acumulam ao longo de booms prolongados: (1) o crescimento dos pagamentos financeiros - em balanços patrimoniais e em carteira - em relação aos pagamentos de renda; (2) a diminuição do peso relativo dos ativos externos e garantidos no valor total dos ativos financeiros; e (3) a inclusão, na estrutura financeira, de preços de ativos que refletem expectativas advindas de um boom ou eufóricas. O gatilho da instabilidade financeira pode estar em dificuldades financeiras enfrentadas por uma unidade em particular²⁷.

Há poucas dúvidas quanto às causas imediatas da crise. Encontram-se essencialmente expressas no modelo de Minsky, que, sem coincidência, foi desenvolvido na década de 1970. Elas abrangem, como destacou o relatório de 2009 do Grupo dos Trinta, más avaliações de crédito, uso descontrolado de alavancagem, inovações financeiras mal compreendidas, um sistema falho de classificação de risco ou rating e práticas de remuneração com bônus altamente agressivas que incentivavam a tomada de riscos e os ganhos no curto prazo. Mas essas causas diretas não vieram do nada e nem podem ser explicadas simplesmente pela ganância natural. A maioria delas foi resultado (1) da desregulação deliberada dos mercados financeiros e (2) da decisão de não regular as inovações financeiras e as práticas de tesouraria dos bancos. Havia regulação, mas foi desmontada. A crise global foi, principalmente, consequência da flutuação do dólar americano na década de 1970 e, mais diretamente, daquilo que os ideólogos neoliberais pregaram e implementaram na década de 1980 sob o eufemismo de "reforma reguladora". Assim, a desregulação e a decisão de não regular as inovações são os dois principais fatores que explicam a crise.

Essa conclusão é de mais fácil compreensão se considerarmos que a regulação financeira competente, somada ao compromisso com valores e direitos sociais que emergiu após a depressão da década de 1930, tenha podido produzir os trinta anos dourados do capitalismo entre o final da década de 1940 e o começo da de 1970. Nos anos de 1980, contudo, os mercados financeiros foram desregulados e, ao mesmo tempo, as teorias keynesianas foram esquecidas, o ideário neoliberal tornou-se hegemônico e economia neoclássica e a teoria da escolha pública que justificavam a desregulação tornaram-se mainstream. Com isso, a instabilidade financeira que desde a suspensão da conversibilidade do dólar americano em 1971 ameaçava o sistema financeiro internacional foi perversamente restaurada. A desregulação e as tentativas de eliminar o Estado assistencialista transformaram as últimas três décadas nos "trinta anos sombrios do neoliberalismo".

Hyman Philip Minsky (1919-1996), foi um seguidor de Keynes na área macroeconômica. O argumento mais importante de Minsky, que revela toda sua

atualidade, é "a concepção do processo de fragilização dos sistemas financeiros", (CARVALHO, 2008).

Para Minsky, as distorções que engendram crises são geradas espontaneamente pelos mercados, mais especialmente nos períodos de maior prosperidade. É a "estabilidade instável". Ou seja, a experiência de estabilidade faz com que os agentes privados se tornem complacentes e diminuam as margens de segurança em suas transações, expondo-se cada vez mais a riscos. Por isso, até mesmo um pequeno choque é suficiente para fazer o castelo de cartas desmoronar. "Uma dimensão central dessa complacência é a disposição de se expor ao risco dos juros, fazendo dívidas de curto prazo para a aplicação em ativos de longo prazo, com ganhos nos 'spreads' da curva de rendimentos", diz Carvalho. Está dada a receita do colapso: com o aumento da alavancagem, mesmo pequenos choques adversos são fatais. (PINHEIRO, 2009)

Minsky (1992), declara que os sistemas capitalistas são estruturas complexas e sofisticadas nutridas pela permuta de recursos no presente por fluxos de caixa futuros. Essa condição dá origem a instabilidade fundamental do sistema visto que a necessidade do endividamento que financia o crescimento econômico, cria e provoca os ciclos causadores de inflação e deflação da dívida. Assim, Minsky articula:

The first theorem of the financial instability hypothesis is that the economy has financing regimes under which it is stable, and financing regimes in which it is unstable. The second theorem of the financial instability hypothesis is that over periods of prolonged prosperity, the economy transits from financial relations that make for a stable system to financial relations that make for an unstable system. In particular, over a protracted period of good times, capitalist economies tend to move to a financial structure in which there is a large weight to units engaged in speculative and Ponzi finance. Furthermore, if an economy is in an inflationary state, and the authorities attempt to exorcise inflation by monetary constraint, then speculative units will become Ponzi units and the net worth of previously Ponzi units will quickly evaporate. Consequently, units with cash flow shortfalls will be forced to try to make positions by selling out positions. This is likely to lead to a collapse of asset values (MINSKY, 1982)

Para Minsky, o ciclo financeiro inicia-se no instante em que a economia vai bem, com taxas de crescimento iguais ou maior do que a necessária para que haja a redução do desemprego, com companhias conservadoras na gestão de sua carteira, sendo esta forma de conservadorismo adotado também pelos bancos,

estes dispostos a financiar déficits de *cash-flow* ou mesmo ainda os investimentos que tenham uma classificação de risco baixo. É conhecido por “momento Minsky” o ponto do ciclo de crédito ou econômico em que se dá a virada da bonança nos mercados financeiros até então movidos a crédito fácil para o pânico, onde ninguém se arrisca a emprestar para outrem e onde os ativos financeiros passam a valer absolutamente nada. Os investidores, com problemas de tesouraria devido ao aumento vertiginoso da dívida assumida para financiar seus investimentos especulativos passam a querer desesperadamente vender os mesmos, mas nenhum comprador será encontrado por preços tão elevados, fazendo com que caiam abruptamente seus preços e reduz-se acentuadamente sua liquidez no mercado. O “Momento Minsky” acontece após um longo período de prosperidade e de investimentos crescentes, o que estimula o aumento da especulação utilizando dinheiro emprestado.

2.3. CRÉDITO E RISCO DE CRÉDITO

Crédito traduz-se por colocar um certo valor à disposição de um tomador de recursos sob forma de empréstimo, também conhecido como financiamento. E este é realizado com o compromisso de pagamento em data futura.

Segundo Schrickel (1994), “crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado”. Esta parte do patrimônio pode ser materializada por dinheiro (empréstimo monetário) ou bens (empréstimo para uso, ou venda com pagamento parcelado, ou a prazo).

Conforme Silva (1998) , numa instituição financeira bancária as operações de crédito se constituem seu próprio negócio. Dessa forma , o banco empresta dinheiro ou financia bens aos seus clientes, funcionando como uma espécie de "

intermediário financeiro ", pois, os recursos que aplica são captados no mercado através dos depósitos efetuados por milhares de clientes-depositantes.

A concessão de crédito num banco consiste em emprestar dinheiro, isto é, colocar à disposição do cliente determinado valor monetário em determinado momento, mediante promessa de pagamento futuro. A taxa de juros será a retribuição por essa prestação de serviço, cujo recebimento poderá ser antecipado, periódico ou mesmo ao final do período, juntamente com o principal emprestado.

O crédito pode fazer com que as empresas aumentem seu nível de atividade; estimular o consumo influenciando na demanda; cumprir uma função social ajudando as pessoas a obterem moradia, bens e até alimentos; facilitar a execução de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos próprios suficientes. A tudo isso, por outro lado, deve-se acrescentar que o crédito pode tomar empresas ou pessoas físicas altamente endividadas, assim como pode ser parte componente de um processo inflacionário. (SILVA, 1998).

Ao realizar um empréstimo, pressupõe-se que o devedor cumpra os prazos estabelecidos, mas, há um risco atrelado ao processo de concessão de empréstimos de que o devedor por algum motivo não cumpra os prazos o que torna a dívida maior com o acréscimo dos juros.

De acordo com Caouette et al. (1999), apud Toledo Filho, Kroenke e Sothe, 2008, risco de crédito é a possibilidade de que o cumprimento destes prazos não ocorra, enfim, há a possibilidade de incorrer em perdas quando as obrigações do devedor não são liquidadas dentro dos prazos acordados.

O risco de crédito se materializa através da provisão para perdas com clientes que se configura pela incerteza quanto aos pagamentos pelo devedor (Hendriksen; Van Breda, 1999 apud Toledo Filho, Kroenke e Sothe, 2008). Os mesmos autores apresentam duas formas de se tratar essas perdas: o método direto onde as contas não recebidas são contabilizadas no resultado e o método de provisão em que se constitui uma conta de redução do valor dos direitos não recebidos.

Para Ludícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 97) apud Toledo Filho, Kroenke e Sothe, 2008 “a apuração do valor da provisão pode variar, já que cada empresa pode ter seus aspectos peculiares com relação a seus clientes, ramo de negócios, situação do crédito em geral bem como a conjuntura econômica do momento”.

Ainda conforme Ludícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 98) “ as instituições financeiras são as entidades que possuem maior exposição ao risco de crédito em virtude de suas atividades operacionais”.

O Banco Central do Brasil (1999), por meio de sua Resolução nr. 2682 “dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para a constituição de PCLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa)”. Através desta resolução o Banco Central determina a classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco, enquadrando as operações em oito níveis de risco, sendo constituídos os créditos de liquidação duvidosa de acordo com o nível em que se enquadra cada carteira

3. O ACORDO DE BASILÉIA

O Acordo de Basiléia I surgiu com o objetivo de de padronizar as normas de supervisão bancária relacionadas ao Patrimônio Líquido, de modo a compatibilizá-lo com o grau de risco da estrutura de ativos de uma determinada instituição financeira. Esse acordo foi firmado em 1988. (FORTUNA, 2008, P 725)

Nesse sentido, em 1988 foi introduzido o chamado Acordo de Basileia, atualmente conhecido como Basileia I, no qual os bancos dos países signatários ficaram obrigados a manter um capital mínimo em função de exigências ponderadas pelo risco. Nos anos que se seguiram à introdução do acordo, instituições que até então eram pouco capitalizadas elevaram sua taxa capitalização (Ferreira et al., 2010 apud ALENCAR, 2011), de modo que o acordo cumpria, ao menos, parte de seus objetivos.

O acordo de 1988, no entanto, era baseado em uma seleção relativamente pequena de ponderações de risco, e desde sua adoção ocorreu um desenvolvimento significativo na mensuração e na administração de riscos, bem como surgiram novos instrumentos financeiros. Nesse período, diversos bancos passaram a elevar a exposição a riscos sem a necessidade de aumento de seus requerimentos de capital, limitando o alcance do Acordo. Tendo isso em vista, em 2004 foi apresentado um novo Acordo de Basileia, conhecido como Basileia II, que buscou aprimorar a sensibilidade ao risco dos requerimentos de capital. O mesmo está ancorado em três pilares:

3.1. PRIMEIRO PILAR: EXIGÊNCIA DE CAPITAL MÍNIMO

A partir de medidores de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional; Seu objetivo é garantir uma melhor alocação de capitais para cobrir as exposições das instituições frente aos riscos assumidos em suas operações e assim garantir a manutenção de níveis confortáveis de capitalização. Refere-se ao requerimento mínimo de capital dos bancos tendo em vista os créditos assumidos. Tal requisito, expresso pela fórmula abaixo, é conhecido como Índice de Basileia:

$\frac{\text{Capital Regulador}}{\text{Risco de Crédito} + \text{Risco de Mercado} + \text{Risco Operacional}} = \text{Índice de capital do Banco } (> \text{ ou } = 8\%)$
--

O conceito do Basileia II mantém tanto a definição original do que é capital como o requerimento mínimo de 8% para os ativos ponderados pelo risco.

3.2. SEGUNDO PILAR: PROCESSO DE REVISÃO E SUPERVISÃO

Os Supervisores são responsáveis por avaliar a adequação do capital econômico aos riscos incorridos pelos bancos; sob a ótica das instituições financeiras, significa a adoção de práticas de gerenciamento com ampla aceitação e utilização pelos participantes do mercado.

3.3. TERCEIRO PILAR: DISCIPLINA DE MERCADO

Segundo FORTUNA (2008 p 745), preconiza a divulgação de informações sobre os riscos e gestão por parte dos participantes do sistema bancário. O objetivo é estimular a transparência das instituições financeiras, enfatizando a ética e a disciplina de atuação no mercado mediante um conjunto de princípios, exigências e ações.

Acredita-se que os requisitos de exposição e as recomendações estabelecidas no pacote permitirão que os participante do mercado tenham acesso a informações críticas, diminuindo o risco e a exigência de capital dos bancos. As propostas fornecem instruções mais detalhadas sobre a exposição da estrutura de capital, exposições de risco e suficiência de capital.

De acordo com DOORNIK et al (2007), o Basileia II veio em resposta às crises financeiras ocorridas a partir da segunda metade da década de 90, em países da América Latina e do Sudeste Asiático, além da Rússia, Turquia e Croácia, entre outros, que levaram o mercado financeiro internacional a tomar consciência dos riscos existentes nos diversos sistemas bancários. A principal lição depreendida das crises financeiras mencionadas é que a falta de um sistema financeiro sólido e seguro pode culminar em instabilidade econômica e trazer elevados custos sociais. A partir do deste acordo, a avaliação dos riscos operacionais é incorporada ao modelo padronizado, bem como o desenvolvimento de modelos próprios pelas instituições financeiras, de forma a refletir melhor as necessidades de capital, com a respectiva anuência do órgão supervisor e pelos demais integrantes do mercado que levou o mercado internacional a ter consciência dos riscos presentes nos sistemas bancários. Um ponto importante do Basileia II consiste na maior relevância dada às avaliações de riscos realizadas internamente pelas instituições, os

chamados modelos internos, o que incentiva a busca constante de avanços para identificação, avaliação (incluindo a quantificação), controle/mitigação e reportes dos riscos. O resultado desse conjunto de atividades, se reflete na implementação das chamadas boas práticas de gestão e otimização da alocação do capital, denominadas “gerenciamento eficaz dos riscos”, que na essência busca aproximar o capital econômico do capital regulatório como fronteira de eficiência da gestão de riscos.

Como comparação, o Acordo de Basileia de 1988 cobria apenas o primeiro pilar, e ainda assim, parcialmente. O Basileia II representa, portanto, um avanço em termos de escopo da gestão de riscos no mercado financeiro. E de acordo com FORTUNA (2008): É um ganho inquestionável para o sistema financeiro internacional.

Os ganhos de uma adequação ao Basileia II por parte das instituições financeiras incluem, melhores ratings por agências especializadas e conseqüentemente a provável menor alocação de capital. Os bancos terão de adotar também sistemas internos de rating no momento da concessão do crédito (ou exigir rating externo) a empresas às quais concederão crédito. Desta forma poderão mostrar ao regulador que sua carteira é de qualidade e de risco baixo tendo, assim, menor necessidade de capital.

Esta parceria da supervisão bancária, que deverá atuar (de acordo com o segundo pilar) como um certificador da capacidade para a gestão de riscos de cada instituição, aliada à maior transparência requerida das mesmas (de acordo com o terceiro pilar) certamente resultará , a longo prazo em um sistema financeiro mais sólido. (FORTUNA, 2008).

3.4. O CONCEITO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO - PRE

Segundo FORTUNA (2008), O conceito atual de Patrimônio de Referência está

definido pela Resolução 3444, de 28.02.2007. O PR subdivide-se em dois níveis: I e II. Ainda segundo FORTUNA, o Nível I do PR (Tier I), corresponde fundamentalmente ao patrimônio líquido, acrescido do saldo das contas de resultado credoras e ao depósito em conta vinculado para suprir deficiências de capital – constituído nos termos da Resolução 3398 de 29.08.2006 - deduzido do saldo das contas de resultado devedoras, excluindo as reservas de reavaliação, as reservas para contingências e as reservas especiais de lucro relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos e deduzidos os referentes a ações preferenciais cumulativas e ações preferenciais resgatáveis; créditos tributários – definidos nos termos da Resolução 3059 de 20.12.2002; ativo permanente diferido deduzidos os ágios pagos na aquisição de investimentos – valores constituídos a partir de 28.02.2007 e saldos dos ganhos e perdas não realizados decorrentes de ajustes ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” e dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa – valores constituídos a partir de 28.02.2007. Para FORTUNA (2008), o Nível II do PR é apurado pela soma dos valores correspondentes às reservas de reavaliação, às reservas para contingências, reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, acrescida dos valores correspondentes a: instrumentos híbridos de capital e dívida; instrumentos de dívida subordinada, ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, e saldos dos ganhos e perdas não realizados decorrentes de ajustes ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” e dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa – valores constituídos a partir de 28.02.2007.

A filosofia do PR, criado pelo Acordo de Basileia, é a de que os acionistas dos bancos e os investidores qualificados coloquem seu dinheiro no negócio, assumindo assim os riscos das operações o que protegeria mais os depositantes. Conceitualmente o Capital Nível I refere-se a capitais de melhor qualidade, como o capital social e as reservas de lucros retidos. Ele é importante porque serve como uma espécie de trava para o capital Nível II e conseqüentemente para o PR pois os bancos só podem captar capitais Nível II equivalente a 100% do Capital Nível I. Os Capitais Nível II contém os capitais a serem obtidos com novos instrumentos de capitalização e ainda itens que já faziam parte do PR, tais como as

reservas de reavaliação (decorrentes de reavaliação dos imóveis) e as reservas de contingência (para fazer frente a perdas difíceis de prever). Os capitais Nível II terão a mesma capacidade de alavancagem do Nível I até um limite estabelecido do PR. O que exceder esse limite não será considerado capital próprio para efeito de aplicações, ou seja, não permitirá que os bancos o levem em conta no enquadramento das regras de alavancagem do Acordo de Basileia.

3.5. A APURAÇÃO DO PRE – PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO

O valor do PR deve ser superior ao valor do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), que deve ser calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

$$PRE = P_{EPR} + P_{CAM} + P_{JUR} + P_{COM} + P_{ACS} + P_{OPR}, \text{ onde:}$$

P_{EPR} = parcela referente às exposições ponderadas pelo fator de ponderação e risco a elas atribuído;

P_{CAM} = parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;

$$P_{JUR} = \sum_{i=1}^n P_{JUR\ i}$$

parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros e classificadas na carteira de negociação, na forma da Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, onde n = número das diferentes parcelas relativas ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros e classificadas na carteira de negociação;

P_{COM} = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities);

P_{ACS} = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação, na forma da Resolução nº 3.464, de 2007;

P_{OPR} = parcela referente ao risco operacional

No dia 12 de setembro de 2010 os Presidentes dos Bancos Centrais e importantes “Reguladores” do mundo bancário internacional discutiram e sobre os principais pontos de um novo Acordo do sistema financeiro mundial, Basileia III, destinado a garantir que os bancos de um modo geral tenham capital suficiente para se sustentarem em tempos turbulentos (como os de 2007 a 2009) sem precisarem de ajuda adicional dos governos.

4. A CRISE DO SUBPRIME

Subprime é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa (prime rate). Termo empregado para designar uma forma de crédito hipotecário para o setor imobiliário, surgida nos Estados Unidos e seu destino eram tomadores de empréstimos que representavam maior risco. Tinha como garantia a residência do tomador. (ESCÓSSIA, 2009)

Com juros baixos e crédito farto, os preços dos imóveis nos EUA valorizaram fortemente encorajando mutuários a refinanciar suas hipotecas. Os bancos por sua vez davam a estes mutuários uma diferença em dinheiro, utilizada para consumir. Para captar dinheiro no mercado, esses bancos criaram instrumentos financeiros complexos chamados títulos lastreados em hipotecas (uma espécie de nota promissória garantida pelas hipotecas) e os venderam para investidores, que também emitiram seus próprios títulos lastreados nestes primeiros, passando-os para frente de forma que os mesmos se espalharam por todo o sistema bancário. Num dado momento as taxas de juros começaram a subir como forma de combate

à inflação ao passo que os preços dos imóveis caíam fazendo com que as prestações da casa própria ficassem mais caras. A inadimplência disparou e assim, os títulos que eram garantidos por essas hipotecas perderam valor. Não bastasse os prejuízos com a inadimplência, os bancos ainda tiveram fortíssimas perdas com esses títulos. Instalou-se uma enorme crise de desconfiança onde bancos não queriam mais emprestar por medo de calotes. Os bancos com os maiores problemas ficaram à beira da falência e necessitaram do socorro do governo americano para não sucumbirem em meio à crise que se instalou no país e rapidamente se espalhou pelo planeta. (GONTIJO, C e OLIVEIRA, F. A., 2011)

5. OS IMPACTOS DO SUBPRIME E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA GESTÃO DE RISCO DAS INSTITUIÇÕES

Ainda que alguns profissionais da economia tivessem previsto a crise, ela chocou a todos pela velocidade com que se alastrou pelo mercado financeiro mundial (BESS, 2010). Dessa forma ela trouxe questionamentos sobre o funcionamento do modelo de gerenciamento de riscos adotado até então. Observou-se falhas tanto no gerenciamento de risco como nas estratégias adotadas nas finanças, gestão e na cultura gerando um conjunto de macrocausas bem com o a falta de regulamentação. A falta de transparência nas empresas, aliada à crença exagerada num mercado racional que se auto-regula, propicia um ambiente perfeito para o surgimento de riscos. Em tempos de bonança, o gerenciamento perde sua relevância e até passa a ser encarado como um setor “antinegócio”. Mas, segundo BESS (Alexandre Leal Bess, gerente da Ernst & Young, em palestra ocorrida na sede do IBEF SP - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo - Junho de 2010, sobre as Lições Aprendidas com a Crise Global sobre Gerenciamento de Riscos), para que uma empresa alcance com eficiência seus objetivos, ela deve possuir uma governança de riscos que dê suporte à sua estratégia. A crise trouxe à tona as fragilidades sobre controle de risco. As principais lições aprendidas com a crise são a visão holística dos riscos, o constante questionamento acerca de premissas e pressupostos e o estabelecimento de uma

disciplinada altura de riscos. Observou-se que, antes da crise, as decisões sobre os riscos das empresas em geral eram tomadas entre um pequeno grupo de profissionais, que apenas replicava as decisões para as demais áreas da empresa. Agora, as companhias apostam em uma visão plural dos riscos com a participação de mais setores da empresa, o que ajuda e muito no entendimento do problema. Com a crise, as empresas passaram a se ver de forma integrada contribuindo para o desenvolvimento de profissionais completos e requisitados no mercado de trabalho. Ainda segundo BESS, na crise financeira global, o modelo de compensação e remuneração dos executivos mostrou-se fragil. Nem sempre a associação entre performance da empresa e o cumprimento de metas individuais dos executivos traz resultados efetivos para a empresa. Há os profissionais que garantem mensalmente seu bônus convencendo o cliente a adquirir determinado produto ou serviço, assegurando-lhe de que logo em seguida o mesmo será cancelado. Diante dessa fragilidade do mercado, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução 3921, que estabelece critérios para política de remuneração de administradores e empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Globalmente o Brasil também assumiu um compromisso de estabelecer a forma de compensação dos executivos, assim como já ocorreu nos Estados Unidos. A iniciativa tem a pretensão de alinhar ambos os objetivos, do funcionário e da organização, uma vez que somente a rentabilidade das ações não garante um bom desempenho, mas também a geração de valor da companhia. “É uma forma de amarrar diferentes variáveis e informações que maximizem o valor da empresa, e não o individual”, conforme (BESS, 2010).

6. MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para atender o objetivo deste estudo, analisou-se os relatórios contábeis dos sete maiores bancos no Brasil (de acordo com seus ativos totais em 31.12.2010) e verificou-se as variações do índice de Basileia comparando-se os mesmos a fim de buscar a existência de padrões nos interstícios dos pontos de máximo e mínimo. Posteriormente elaborou-se um gráfico contendo a média dos índices do período pesquisado. Avaliou-se qualitativamente os impactos da crise no período observado, relacionando-se as consequências da mesma nas instituições bancárias do Brasil.

Realizou-se uma pesquisa descritiva, que segundo Longaray e Beuren (2004), objetivam relatar características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. De acordo com Trivinos (1987), o estudo descritivo requer uma delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a pesquisa.

Quanto aos procedimentos este estudo caracteriza-se como documental já que seu principal objetivo é a verificação das demonstrações contábeis por meio de uma análise dos relatórios de administração dos sete maiores bancos brasileiros. De acordo com Longaray e Beuren (2004), uma pesquisa documental tem como fonte apenas documentos.

Já quanto a abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Uma pesquisa qualitativa, segundo Longaray e Beuren (2004) objetiva destacar características que não são observadas em estudos com abordagem quantitativa. De acordo com Richardson (1999, p. 80) estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Inicialmente definiu-se a base de dados para a pesquisa. Foram escolhidos os sete maiores bancos nacionais segundo seus ativos totais, de acordo com a classificação do Banco Central, tomando como data base o exercício encerrado em 31.12.2010. Foram acessados suas demonstrações financeiras trimestrais dos anos de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 de cada um dos bancos selecionados nos seus respectivos sites e verificados os seus índices de Basileia. A partir desta análise construiu-se uma tabela para melhor visualização dos seus resultados e para posteriores conclusões.

7. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O trabalho teve como objetivo a análise dos sete maiores bancos brasileiros, de acordo com seus ativos totais (dados BACEN de 31.12.2010). Foram analisadas

as demonstrações financeiras trimestrais dos anos de 2006 a 2010, dois exercícios antes e dois exercícios depois do estouro da crise mundial de 2008, a crise do Subprime, acreditando-se com isso conseguir abranger o período de maior impacto da mesma nos sistemas financeiros em geral e nos sete maiores bancos, alvo desta pesquisa, em particular. São eles: Banco do Brasil S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander S.A., Caixa Econômica Federal, HSBC Bank Brasil S.A. e Banco Banrisul S.A. Para tanto obteve-se dos referidos demonstrativos os Índices de Basileia de cada um dos vinte trimestres pesquisados no intervalo de tempo a que se propôs esta pesquisa. Para facilitar a compreensão dos dados analisados foi criada a tabela 1, onde é possível verificar os resultados obtidos:

Tabela 1 - Índices de Basileia dos sete maiores bancos brasileiros (2006-2010)

	Banco do Brasil	Banco Itaú	Bradesco	Santander	Caixa Econômica Federal	HSBC	Banrisul
1T06	18,2	16,7	19	13,2	29,2	14,3	18,9
2T06	17,3	16,1	18,7	13,6	25,7	13,9	18,9
3T06	17,7	17,9	18,4	15,6	26,2	13,3	20,7
4T06	17,2	18,3	18,8	15,4	25,3	14,2	20,2
1T07	17,1	17,4	17,8	14,9	24,5	13,7	21,3
2T07	15,8	18,5	18,1	16,3	33,4	13,1	21,1
3T07	15,7	16	16,2	15,8	29,5	12,1	28,2
4T07	15,6	18,7	15,7	14,3	28,9	13,4	26
1T08	15,3	17,3	15,5	13,3	29,9	13,3	24,2
2T08	13,1	17,1	14,3	13,6	22,4	13,1	22,2
3T08	13,6	14,7	16,2	21,7	19,1	12,1	17,7
4T08	15,5	16,1	16,9	22,9	20,6	12,3	20,1
1T09	15,4	16,6	16,6	25,3	19,9	13,2	18,5
2T09	15,7	16,9	17,7	25,8	18,8	13,8	18,4
3T09	13,2	16,7	17,9	28,3	16	13,5	18
4T09	14	17	17,7	33,4	17,5	15,6	17,4
1T10	14,1	17,4	16,8	32,1	18,1	14,2	16,5
2T10	13,3	15,7	15,8	30,7	17,1	14,5	15,7
3T10	14,7	15,5	16	29,7	17,4	13,9	15,4
4T10	14,7	15,8	15,1	28,4	15,4	13,2	15,5

Fonte: Banco Central do Brasil (<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>)

Um importante dado a ser observado é que todos os bancos mantiveram seus índices acima dos 11% exigidos pelo Banco Central do Brasil, dentro do escopo do

Acordo de Basiléia II, sendo que alguns deles procuraram manter seus índices bem acima desta exigência o que mostra uma manutenção de capitais bastante superior aos mínimos exigidos a fim de garantir seus riscos.

Para enriquecer a pesquisa buscou-se levantar junto ao Banco Central, através do link “fale conosco” em seu site, a razão porque o BCB elegeu o índice de 11% sendo que Basiléia exige apenas 8%. Em resposta ao questionamento feito, o BC informou, sem maiores esclarecimentos, em 22.03.2012:

A regulação aplicável ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) não define um limite de alavancagem para bancos comerciais. No entanto, é exigido que todas as instituições financeiras operem com um Índice de Basileia no mínimo igual a 11% (enquanto que a regulamentação internacional sugere 8%). O índice de Basiléia calculado no Brasil observa critérios definidos nas Resoluções 3.444 e 3.490, ambas de 2007. Lembramos que a Resolução 3.490 foi alterada pela Resolução 3.897, de 2010.”

Procurou-se pesquisar então, porque os índices dos Bancos tendem a ser mais elevados do que o requerido. Segundo (ALENCAR, 2011), há diversas explicações para os bancos manterem mais capital do que o exigido. Um banco pode optar por exemplo, por manter um nível de capital elevado, para evitar os custos indesejados. Se o nível de capital está baixo, talvez o banco só consiga elevá-lo rapidamente emitindo ações, o que pode ter custos de transação significativos, além do risco de ser acompanhado por reduções nos preços das ações (Berger et al., 2008 apud ALENCAR, 2011). Além disso, índices mais elevados de capital mitigam o risco de insolvência dos bancos.

Um segundo ponto relevante é que ao buscar os pontos de Índice de Basiléia máximo e mínimo de cada instituição, podemos observar que o conjunto formado pelos pontos máximos é bem disperso, onde 2 instituições, BB e Bradesco, apresentam esse ponto já no início do período pesquisado, e a maior concentração desses índices máximos está no ano de 2007 (42,86%) . Apenas duas instituições, Santander e HSBC, apresentaram seu Índice de Basiléia máximo em 2009 e nenhuma delas apresentou seu índice máximo no ano de 2010.

Já quanto aos índices mínimos apenas uma instituição, o Banco Santander, apresentou seu índice mínimo em 2006, período inicial da pesquisa. A maior concentração de índices mínimos (57,14%) está no ano de 2008 (segundo e terceiro trimestres) com os bancos do Brasil, Itaú, Bradesco e HSBC. Dois bancos apresentaram seu índice mínimo em 2010: O Banrisul e a Caixa Econômica Federal, representando 28,57% do total de instituições pesquisadas. O detalhamento destes dados pode-se verificar na tabela 2 abaixo:

Tabela 3 - comparativo entre pontos máximos e mínimos

Bancos	Ponto máximo	Ponto mínimo
Banco do Brasil	1T06	2T08
Itaú	4T07	3T08
Bradesco	1T06	2T08
Santander	4T09	1T06
Caixa Econômica federal	2T07	4T10
HSBC	4T09	3T07 e 3T08
Banrisul	3T07	3T10

Fonte: Elaboração da autora

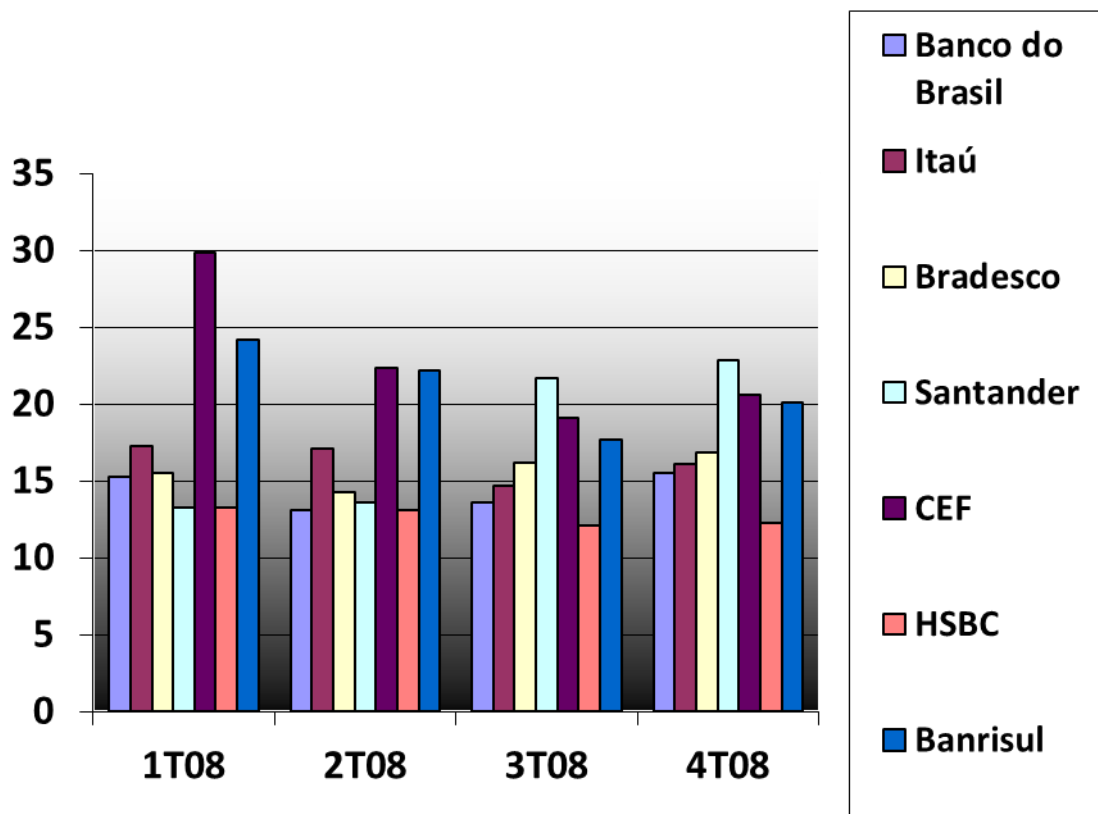
Ainda é possível observar os índices de Basileia destas Instituições no ano de 2008, demonstrados graficamente na **Figura 1**. O ano de 2008 compreende os períodos de maior impacto da crise do Subprime. Interessante observar que o período compreendido entre Janeiro e Setembro de 2008 pode ser considerado como aquele em que a maioria dos bancos teve maiores dificuldades em manter altos seus níveis de Patrimônio de Referência ou mesmo que apresentaram maiores riscos atribuídos a seus ativos ponderados.

Dentre os resultados obtidos, pode-se constatar que os bancos de maior porte

apresentam índices significativamente menores do que os bancos menores. Isso mostra que os grandes bancos da economia, provavelmente, estão implementando melhores sistemas de administração, medida e mitigação de riscos, o que permite que tenham menores índices de capital em comparação a bancos pequenos. Uma outra explicação para esse resultado pode ser encontrada na expectativa de que o governo não permitiria a falência de um banco grande com implicações sistêmicas (too big to fail). De modo que esses bancos manteriam menores índices de capital, apesar de maiores índices estarem associados a menores probabilidades de falência. (ALENCAR, 2011).

Figura 1

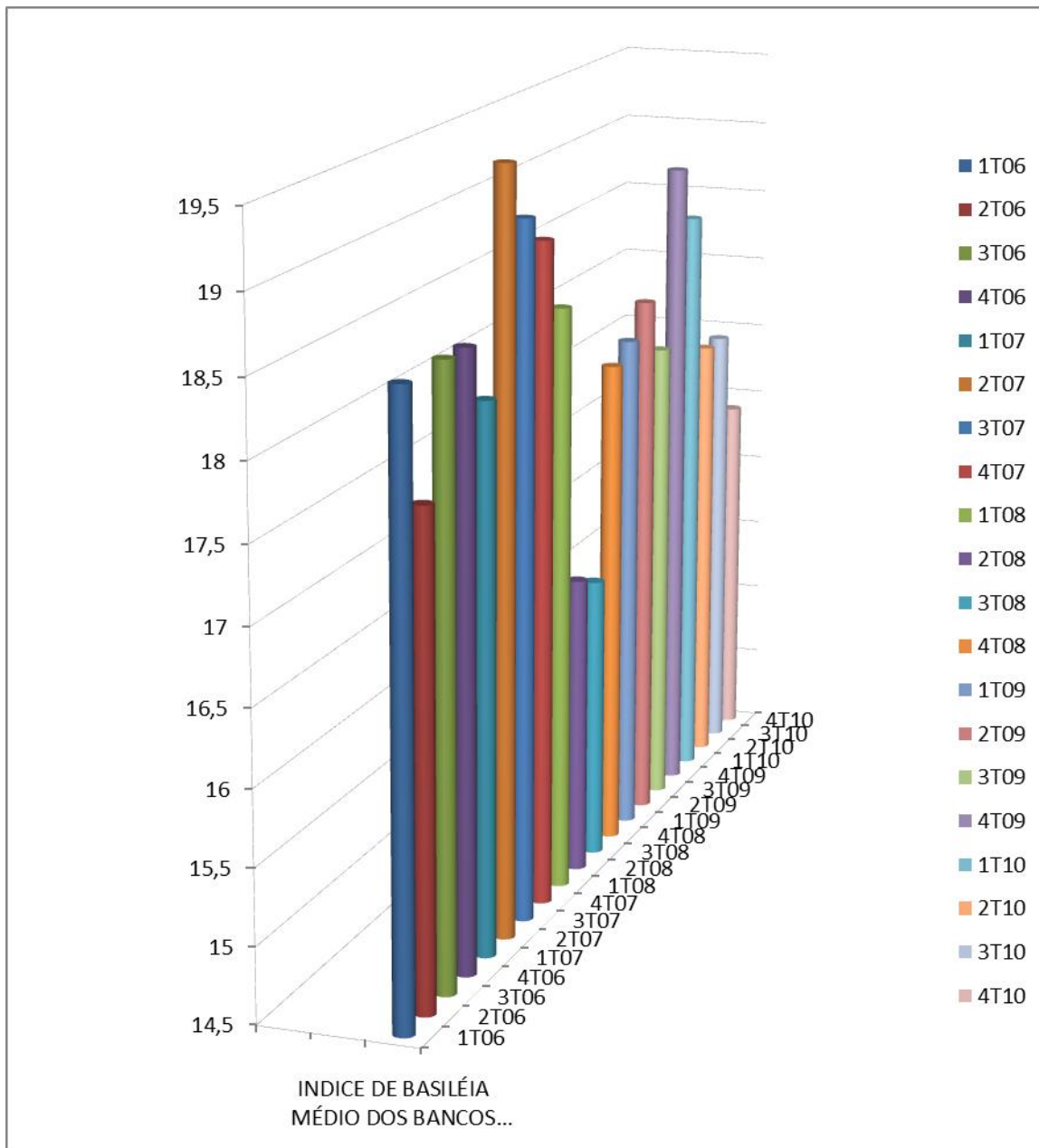
Índices de Basiléia no ano de 2008



Na **Figura 2** abaixo, fez-se a compilação dos índices médios dos sete bancos analisados dentro do período estudado. Visivelmente, os menores índices compre-

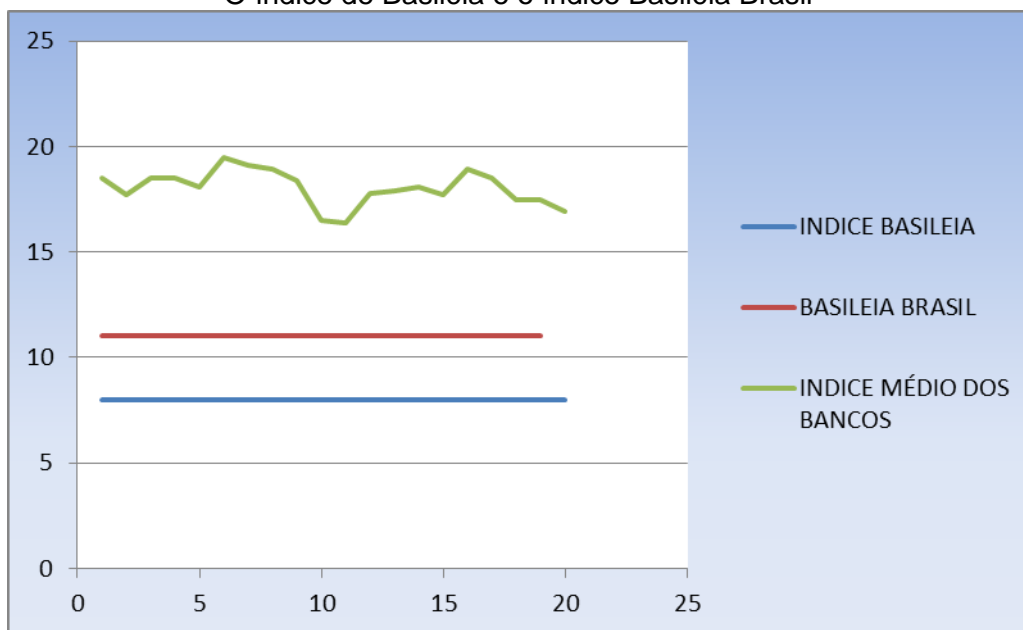
endem o segundo e terceiro trimestres de 2008, período de maior impacto da crise do Subprime. Já a maior média consiste do segundo e terceiro trimestres de 2007, pouco antes do estouro da bolha imobiliária nos EUA, onde os efeitos foram sentidos aqui no Brasil mais fortemente apenas no segundo trimestre de 2008 quando o índice cai de forma abrupta por dois trimestres consecutivos mas rapidamente se recupera já no último trimestre de 2008, mantendo-se relativamente estabilizado até o terceiro trimestre de 2009 quando novamente sobe para o patamar de 19 e a partir do primeiro trimestre de 2010 volta a cair para ao final daquele ano para 16,9 aproximando-se dos índices do período composto pelos segundo e terceiro trimestres de 2008, período este de maior impacto da crise do Subprime no Brasil.

Figura 2 – Índices Basiléia médio dos bancos no período analisado (2006-2010)



A Figura 3 que segue apresenta os mesmos dados numa comparação com o Índice de Basiléia oficial (8%) e o Índice Basiléia Brasil (11%)

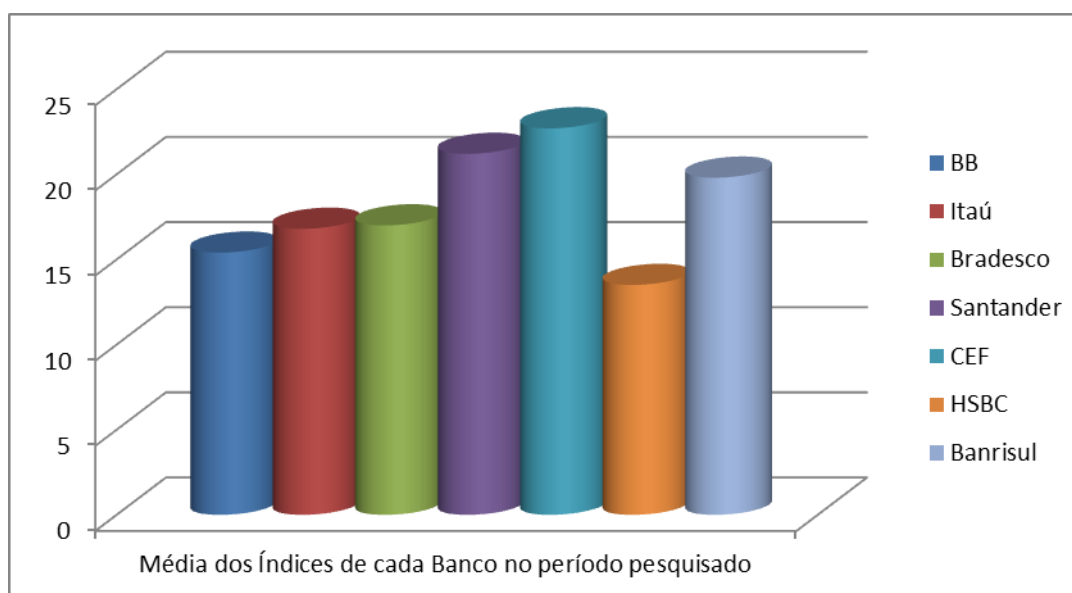
Figura 3 – mesmos dados visualizando em gráfico de linhas e comparando com O índice de Basileia e o índice Basileia Brasil



É possível observar também que durante estes vinte trimestres o Índice de Basileia manteve-se acima de 18 até início de 2008. O valor médio inicial dos índices das sete instituições pesquisadas foi 18,51 enquanto que a média no auge da crise foi de 16,4. Chama a atenção que a média do último período pesquisado foi de 16,87, bastante próxima da apresentada no ápice do Subprime. Da mesma forma, chama a atenção que as duas instituições cujos menores índices estão em 2010 são bancos públicos.

Conforme demonstrado na **Figura 4** abaixo, foram apresentados os índices médios de cada banco individualmente, onde se pode observar que o Banco com a maior média é a Caixa Econômica Federal, seguida pelo Santander e logo atrás o Banrisul. Três bancos apresentam médias muito parecidas, a saber: Bradesco, Itaú e BB. São os três maiores do mercado e destes três, a menor média é a do BB. Já o que detém a menor média de todos é o HSBC.

Figura 4 – Comparativo entre as médias Basiléia dos sete bancos



Ainda com o intuito de melhor compreender os índices pesquisou-se também os ativos totais de cada banco por período, conforme demonstrado na **Tabela 3**:

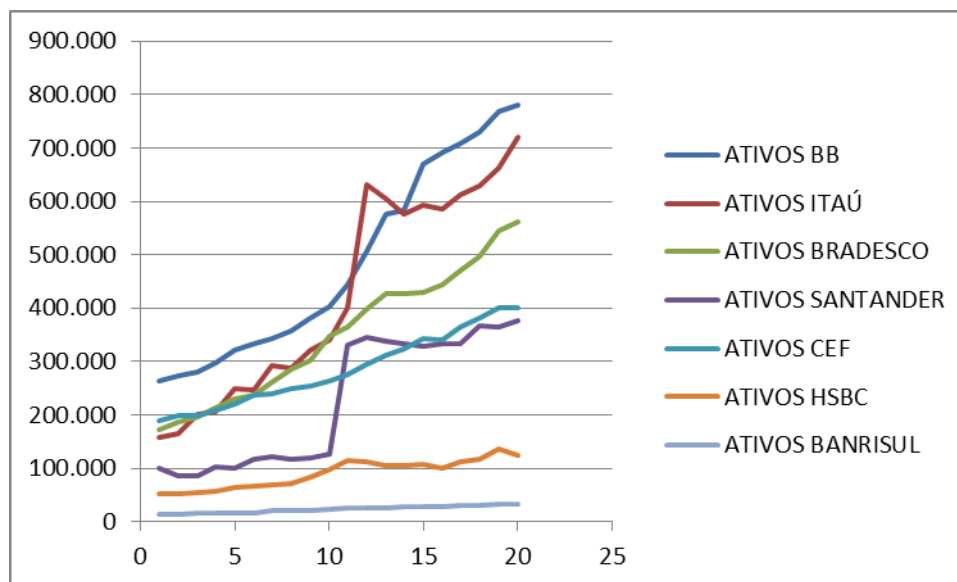
Tabela 3 - Ativos Totais dos bancos (2006-2010)

	Banco do Brasil	Banco Itaú	Bradesco	Santander	Caixa Econômica Federal	HSBC	Banrisul
1T06	264.634.926	157.231.214	172.596.186	100.007.988	189.374.478	53.100.260	13.825.228
2T06	273.835.582	166.225.579	187.663.049	85.944.524	199.551.958	51.316.786	14.619.791
3T06	281.615.003	201.261.611	195.680.864	86.938.305	199.212.463	55.814.182	15.318.704
4T06	296.356.419	205.156.179	213.302.930	102.125.938	209.532.835	58.265.728	15.697.307
1T07	321.898.019	250.082.020	229.735.040	101.370.124	219.509.515	64.410.180	16.289.029
2T07	332.967.570	248.014.250	236.768.552	118.072.974	237.518.141	67.999.047	17.253.210
3T07	342.398.096	292.058.351	261.993.775	121.878.533	239.479.456	69.804.117	20.175.984
4T07	357.750.243	288.768.338	284.446.796	116.326.739	249.636.819	70.755.777	20.602.359
1T08	392.585.734	322.540.198	301.178.246	120.650.689	254.417.907	83.309.857	21.778.549
2T08	403.468.392	339.594.373	348.350.211	127.288.377	264.392.895	97.489.411	23.370.995
3T08	444.702.058	400.957.932	365.295.511	331.826.491	276.059.258	114.338.267	25.662.617
4T08	507.349.206	631.326.674	397.343.348	344.681.912	295.920.330	112.100.299	25.375.889
1T09	577.192.942	605.152.500	426.564.326	338.479.637	312.505.277	104.813.243	26.671.259
2T09	583.325.840	576.565.193	425.956.252	332.617.159	323.656.801	106.145.278	27.917.302
3T09	669.904.747	592.845.394	428.911.224	327.769.959	341.963.822	107.986.023	28.755.719
4T09	691.968.417	585.603.098	444.396.778	334.069.363	341.831.823	100.104.481	29.275.017
1T10	707.440.826	611.485.163	471.463.929	334.167.948	364.315.306	111.905.774	30.061.555
2T10	729.976.934	629.918.032	495.622.252	366.046.988	381.237.941	116.522.099	31.298.313
3T10	768.629.474	662.525.173	544.742.808	365.211.488	401.027.942	135.366.344	32.541.688
4T10	779.303.944	720.313.868	562.601.430	376.062.156	401.412.490	124.686.081	32.343.212

FONTE: BANCO CENTRAL (<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>)

Foram compiladas estas informações de forma que se pudesse visualizar graficamente a evolução dos Ativos, banco a banco dentro do período pesquisado (**Figura 5**). Importante ressaltar que para que ficasse na mesma escala (10) dos índices, dividiu-se o valor dos ativos por mil.

Figura 5 Ativos Totais dos bancos (2006-2010)



Ainda para uma melhor compreensão dos dados, foram montados gráficos (XY Dispersão) reunindo num mesmo gráfico a evolução do índice e a evolução do ativo total, banco por banco, lembrando que o correto seria fazer o acompanhamento do APR, mas esse número não é determinável por um analista que não tenha as informações completas, desta forma foi utilizada a evolução do Ativo Total para avaliar a evolução do índice de Basileia. Vide Gráficos 6, 7, 8, 9, 10 e 11 que seguem :

Gráfico 6: BANCO DO BRASIL

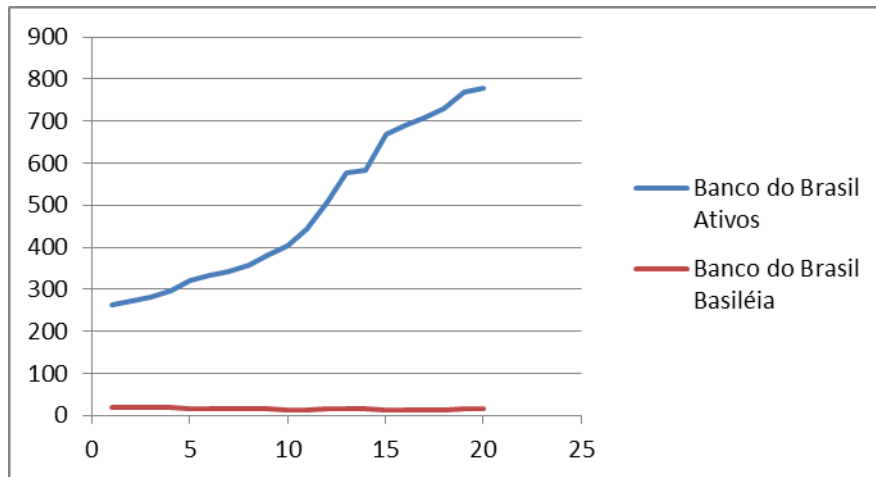


Gráfico 7: BANCO ITAÚ

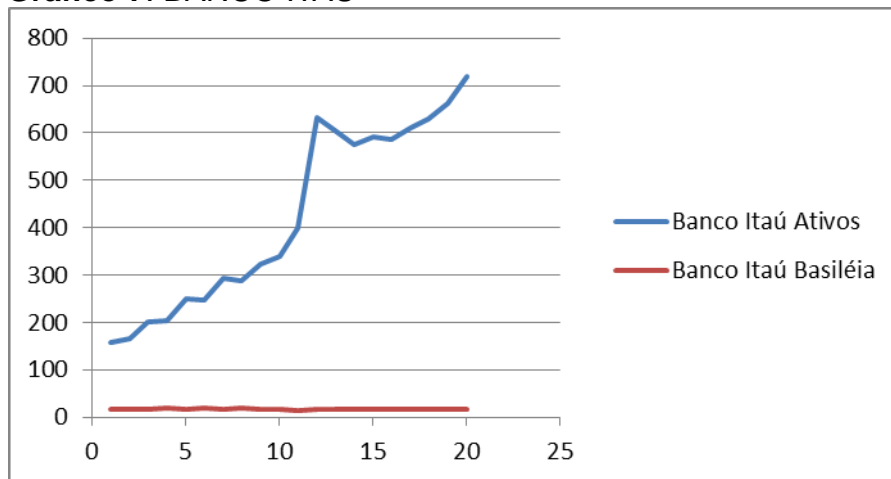


Gráfico 7: BRADESCO

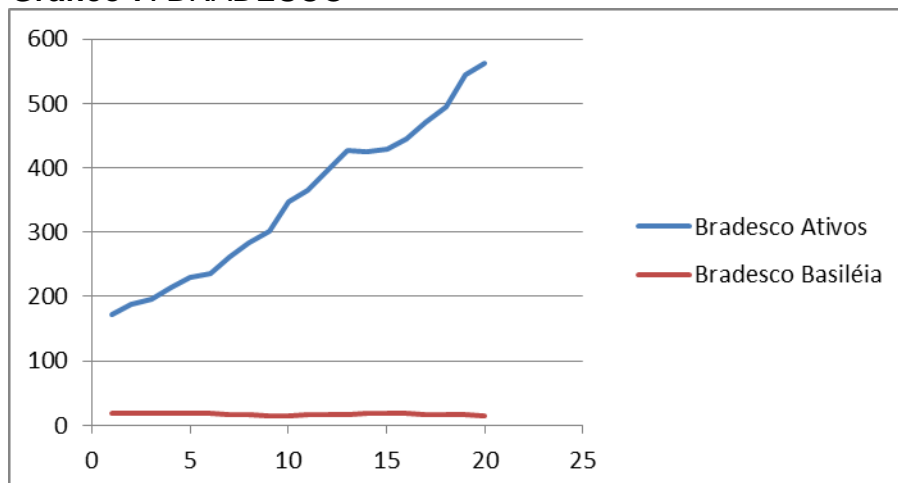


Gráfico 8: BANCO SANTANDER

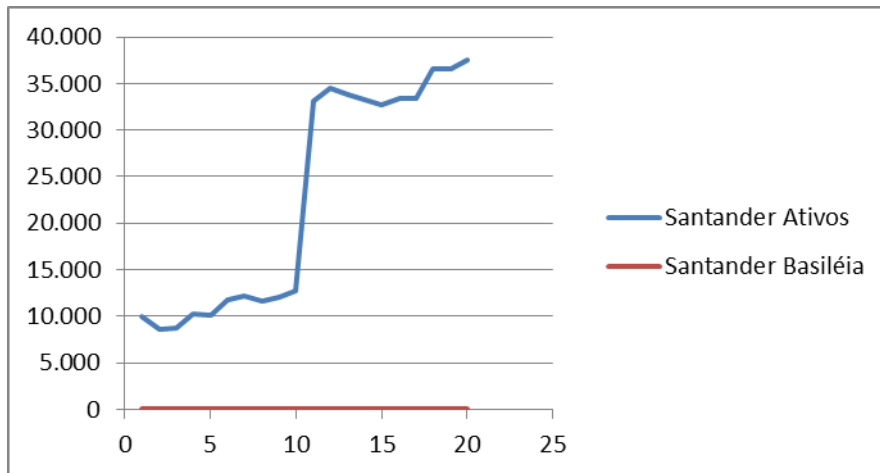


Gráfico 9: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

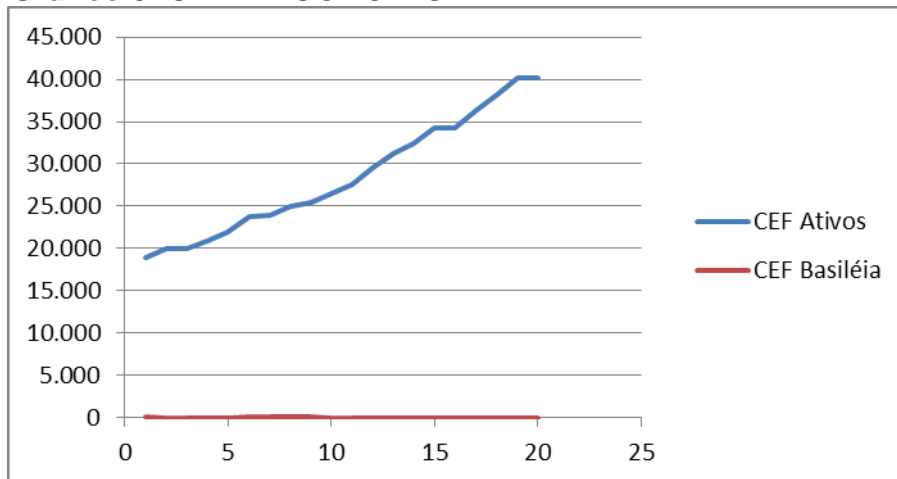


Gráfico 10: BANCO HSBC

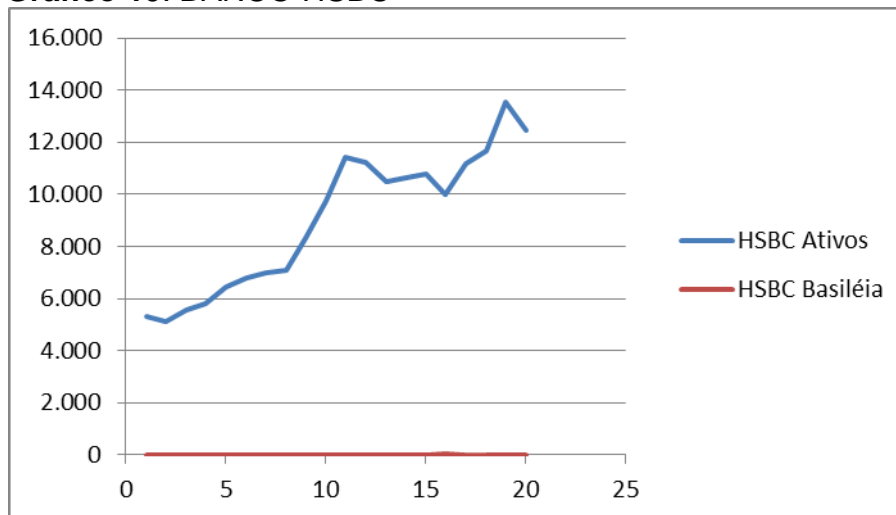
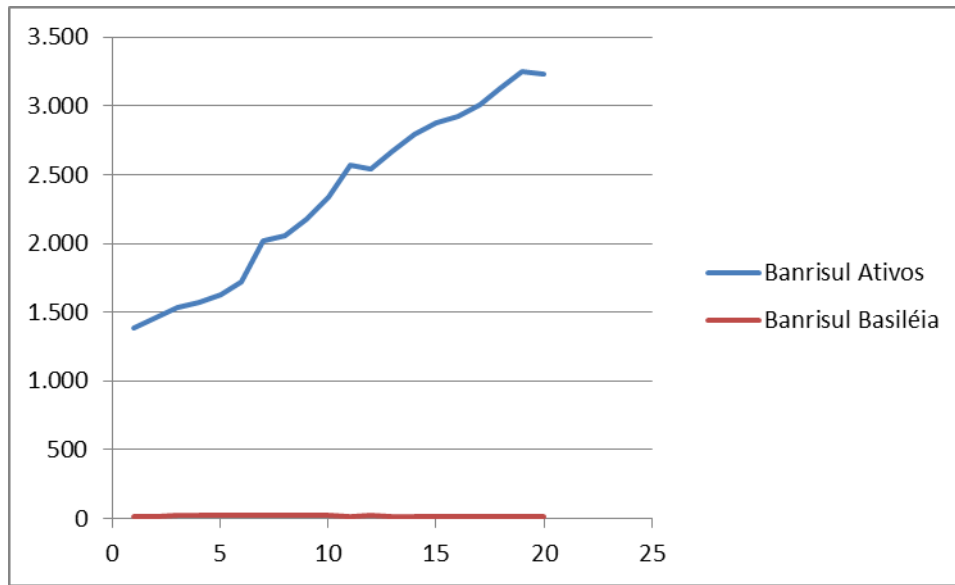


Gráfico 11: BANRISUL



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior interesse desta pesquisa foi o de observar o impacto da crise do Subprime na economia do Brasil, em especial nas instituições financeiras bancárias brasileiras. Para tanto optou-se por avaliar esse impacto nos índices de Basileia publicado das instituições de modo que fosse possível avaliar o grau e o período de maior impacto da crise. Na busca desses dados instituiu-se a amostragem composta pelos sete maiores bancos brasileiros de acordo com seus ativos totais (dados do Bacen). Percebeu-se uma concentração dos pontos mínimos do Índice de Basileia justamente no período de maior pânico e incerteza, entre o início e terceiro trimestres de 2008. Coincidia o período com o momento em que o Banco Central brasileiro tomou um maior número de medidas para refrear os danos decorrentes da crise que se espalhava pelos diversos cantos do planeta. A atuação do governo mostrou-se aparentemente adequada, em se tratando de uma crise sistêmica, definindo várias medidas nas mais diversas áreas, tais como: a redução dos impostos para que não haja interrupção do consumo, favorecimento de algumas instituições financeiras menores para que se evitassem complicações de crédito no Sistema Financeiro Nacional. Ao reduzir suas exigências de compulsórios, favoreceu também as grandes instituições que acabaram se adequando à conjuntura que se apresentava e puderam entregar resultados satisfatórios no que se refere ao Índice de Basileia. Observou-se uma grande influência do risco de crédito na composição dos riscos das instituições financeiras nacionais. Risco este intensificado após a crise do Subprime, o que se justificou diante da dificuldade na obtenção de crédito externo. Pode-se considerar que os impactos da crise não foram tão percebidos pelas instituições financeiras tendo em vista o não envolvimento destes com os papéis subprime. Pode-se ressaltar também a atuação pontual do governo brasileiro, o que acabou amenizando os impactos da mesma aqui no Brasil. As instituições financeiras brasileiras apresentaram um fortalecimento em seus patrimônios líquidos, até como forma de proteger sua estabilidade no mercado. E não obstante, o Acordo de Basileia III está à porta para aumentar ainda mais esta proteção.

Diante das observações desenvolvidas neste trabalho algumas possibilidades

se abrem para a continuidade ou o aprofundamento desta pesquisa uma vez que considerações sobre o término da crise financeira são bastante imprecisas, dado o grande número de setores que ela atingiu e dadas as consequências da mesma em diversos países do mundo, em especial a Europa que vive uma nova crise que se estende por diversos dos seus países. Apesar de não ser objeto de estudo desta pesquisa a queda observada nos índices de Basileia nos remete a uma reflexão sobre os impactos da crise da Europa e de toda a incerteza mundial que a acompanha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Leonardo S. **Um exame sobre como os Bancos ajustam seu Índice de Basiléia no Brasil**. Disponível <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD251.pdf>> Acessado em 12.03.2012

BANCO CENTRAL DO BRASIL - **Resolução 2682**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=099294427&method=detalharNormativo>> acessado em 25.03.2012

BANCO CENTRAL DO BRASIL – **Resolução 3921**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3921.pdf> Acessado em 25.03.2012

BESS, A. L. **Subcomissão de Riscos apresenta lições pós-crise - Cultura de gerenciamento de risco deve se disseminar por todos os níveis da companhia**. Disponível em: <<http://www.ibef.com.br/ibefnews/pdfs/144/gestao.pdf>> acessado em 25.10.2011

CARVALHO, D. B. e SANTOS, G. M. **Os Acordos de Basiléia – Um roteiro para implementação nas Instituições Financeiras**. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Artigo_Basileia_6.pdf>. acessado em 25.03.2012

DOORNIK, B. F. N. V. et al. **Transparência das Demonstrações Contábeis no Brasil após o Acordo de Basiléia 2: Um Estudo Temporal dos 10 Maiores Bancos do País**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/54439074/Con-a-1879>> Acessado em 20.02.2012

GONTIJO, C. e OLIVEIRA, F. A. **SUBPRIME: Os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil**. Belo Horizonte, março 2011.

THEODORSON, G. A. & THEODORSON, A. G. *A modern dictionary of*

sociology. London, Methuen, 1970. Apud: Armando Piovesan; Edméa Rita Temporini. Disponível em <<http://br.monografias.com/trabalhos2/pesquisa-exploratoria-procedimento/pesquisa-exploratoria-procedimento2.shtml>> Acessado em 20.03.2012

MILES, M. B. & AMP; HUBERMAN, AM. (1994). **QUALITATIVE DATA ANALYSIS (2ND EDITION)**. THOUSAND OAKS, CA: SAGE PUBLICATIONS.

CESAR, Ana Maria R. V. C., 2006. Disponível em <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf> acessado em 20.03.2012

GIAMBIAGI, Fabio; GARCIA, Marcio; **“Risco e Regulação”**, Campus/Elsevier , 2010. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ohoz3MdOT1AC&pg=PA149&dq=risco+e+um+a+incerteza+mensuravel&hl=pt-BR&sa=X&ei=fDNvT5TnK8r_ggek-vlq&ved=0CDYQ6AEwAA#v=onepage&q=risco%20e%20uma%20incerteza%20mensuravel&f=false> Acessado em 25.03.2012.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**; Atlantic Publishers and Distributors, 2006. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=dQD9o31F1N4C&pg=PA133&dq=The+state+of+long-term+expectation,+upon+which&hl=pt-BR&sa=X&ei=cD9vT_Ih4CDB_q4iGs&ved=0CD8Q6AEwAg#v=onepage&q=The%20state%20of%20long-term%20expectation%2C%20upon%20which&f=false> Acessado em 25.03.2012

LONGARAY, A. A.; BEUREN, I. M. **Caracterização da pesquisa em Contabilidade**. In: BEUREN, I. M. (Org) **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2004 p. 21-45.

Pressman, Steven; **Leading Contemporary Economists (eBook) Economics At The Cutting Edge**, Taylor & Francis e-library , 2008. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=6FsbUS6tDckC&pg=PA45&dq=The+first+theorem+of+the+financial+instability+hypothesis+is+that+the+economy+has+financing+regimes+under+which+it+is+stable,+and+financing+regimes+in+which+it+is+unstable.+The+second+theorem+of+the+financial+instability&hl=pt-BR&sa=X&ei=K2FvT5j1AsPLgQfJ3oFs&ved=0CDAQ6AEwAA#v=onepage&q=The%20first%20theorem%20of%20the%20financial%20instability%20hypothesis%20is%20that%20the%20economy%20has%20financing%20regimes%20under%20which%20it%20is%20stable%2C%20and%20financing%20regimes%20in%20which%20it%20is%20unstable.%20The%20second%20theorem%20of%20the%20financial%20instability&f=false>> Página 45, acessado

em 19.03.2012

SCHRICKEL, W. K. **Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimos.** São Paulo, Editora Atlas , 1994

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira de Empresas.** São Paulo. Editora Atlas, 4ª. Edição, 1988.

DUTRA, Cacilda P. **Sistemas Especialistas de Apoio à Tomada de Decisão de Crédito a Empresas**, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/revista-tecnologia-de-credito/pdf/Revista_Tecnologia_de_Credito_78_WEB.pdf> Acessado em 20.03.2012

FILHO, J. R. T, KROENKE, Adriana e SOTHE, Ari; **Impacto da Crise do Subprime na Provisão do Risco de Crédito dos Maiores Bancos Nacionais**, 2008. Disponível em: <<http://200.169.97.104/seer/index.php/RBGN/article/viewFile/372/516>>, acessado em 20.09.2011

CARVALHO, Fernando. **Inovação financeira e regulação prudencial: da regulação de liquidez aos acordos da Basileia**", In R. Sobreira (org), **Regulação Financeira e Bancária**, São Paulo: Atlas, pp. 121/137, 2005.

ESCÓSSIA, Carlos. **O que é SUBPRIME**, 2009. Disponível em :<<http://www.carloescossia.com/2009/05/o-que-e-subprime.html>> acessado em 20.09.2011

MINSKY, H. **Inflation, Recession and Economy Policy.** Sussex: Wheatsheaf, 1982.

MINSKY, H **The Financial Instability Hypothesis. The Jerome Levy Economics** disponível em www.levyinstitute.org/pubs/wp74.pdf

FARTH, Maryse et all. **A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional** Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=10&ved=0CGEQFjAJ&url=http%3A%2F%2Fwww.iececon.net%2Ffarhi%2FFarhiFreitasPratesCintra6.pdf&ei=t6MxTsP1BuOBsgLo58z2Cg&usg=AFQjCNF5ZpRsLIRmcfNwZoJwnrhZj45Eog&sig2=NMlc dexulGmDsWykb5S9kw>. Acessado em 28.07.2011. 15:15

GUTTMANN, Robert, **Basileia II: uma nova estrutura para a regulação da atividade bancária global.** In: Mendonça, Ana Rosa R. e Andrade, Rogerio P. (org.) **Regulação Bancária e Dinâmica Financeira.** Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 2006.

HERMANN, Jenniffer. **Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso**. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=10&ved=0CGEQFjAJ&url=http%3A%2F%2Fwww.iececon.net%2Ffarhi%2FFarhiFreitasPratesCintra6.pdf&ei=t6MxTsP1BuOBsgLo58z2Cg&usq=AFQjCNF5ZpRsLIRmcfNwZoJwnrhZj45Eog&sig2=NMIcdexulGmDsWykb5S9kw>. Acessado em 28.07.2011. 15:17

LIMA, Gilberto T. **Evolução Recente da Regulação Bancária no Brasil**. In: SOBREIRA, Rogerio. (Org.). **Regulação Financeira e Bancária**. São Paulo: Editora Atlas, v. , p. 185-209, 2005.

KREGEL, Jan. **O novo Acordo de Basileia pode ser bem-sucedido naquilo em que o Acordo Original fracassou?** In: Mendonça, Ana Rosa R. e Andrade, Rogerio P. (org.) **Regulação Bancária e Dinâmica Financeira**. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 2006.

NETO, Bolivar; RIBEIRO, Adriana. **Evolução Financeira Internacional, Acordo de Basileia II e perspectivas do sistema financeiro Brasileiro**. In: Mendonca. Ana Rosa R. e Andrade, Rogerio P. (org.) **Regulação Bancária e Dinâmica Financeira**. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 2006.

HILL, Mc Graw. **Stabilizing an Unstable Economy**. New York: Mc Graw-Hill, 2008.

PINHEIRO, Márcia. **A presença de Minsky**. Valor Econômico, 31/07/2009.

Frank H. KNIGHT. **Risk, Uncertainty and Profit**. (New York: Houghton Mifflin Company, 1921, pp. 18/19.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciencias sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª Edição; Porto Alegre: Bookman, 2005.

FRANCISCO, José Roberto de Souza; ALMEIDA, Mário Sérgio; AMARAL, Hudson Fernandes; BERTUCCI, Luiz Alberto. **Influência da Crise Financeira Mundial na Estrutura Econômica das Instituições Financeiras Bancárias Brasileiras e seus Reflexos no Índice de Basiléia: Uma abordagem Comparativa**. Disponível em www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/998.pdf - acesso em

25 Set.2011

Subcomissão de Riscos apresenta lições pós-crise

www.ibef.com.br/ibefnews/pdfs/144/gestao.pdf acessado em 08.07.2011

<http://www.bb.com.br/portalbb/home2,136,136,0,0,1,8.bb> , Acesso em: 22 Set. 2011.

<http://www.bradescom.com.br/abertura.html> Acesso em: 22 Set. 2011. Acesso em: 22 Set. 2011.

<http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/pagina-inicial/resultados-financeiros>, Acesso em: 22 Set. 2011.

<http://www.caixa.gov.br/acaixa/relatorios/index.asp> , Acesso em: 22 Set. 2011.

<http://www.banrisul.com.br/>, Acesso em: 22 Set. 2011.

<http://ww13.itau.com.br/portalri/index.aspx?idioma=port>, Acesso em: 22 Set. 2011.

http://www.ri.santander.com.br/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28, Acesso em: 22 Set. 2011.